autuado por cintiacarrer em 01/09/2026 14:17:55.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 676/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Federal nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 — Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.429, de 31 de março de 2017 — Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017 — Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 — Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 — Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 — Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007 — Institui pisos salariais no âmbito do Estado de São Paulo para os trabalhadores que especifica.

Matéria DSP 13425/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 01/09/2026 e juntado ao PL 676/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760427.

autuado por cintiacarrer em 01/09/2026 14:17:55.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 17.526, de 30 de março de 2022 — Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007.

Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 — Dispõe sobre normas específicas em matéria de licitação e contratos administrativos no âmbito do Município de São Paulo. Revogada pela Lei nº 18.221/2024.

Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020 — Organiza a Política Municipal de Prevenção da Corrupção, cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, cria o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, altera as Leis nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, nº 15.764, de 27 de maio de 2013, e dá outras providências.

PL nº 235/2021 — Dispõe sobre a obrigatoriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo reter e repassar o valor relativo ao FGTS dos trabalhadores de organização social e dá outras providências.

PL nº 856/2021 — Dispõe sobre a implementação de um “Dossiê das Terceirizações” para transparência e monitoramento a respeito dos contratos de terceirização que têm como parte órgãos da Administração direta e indireta do Município de São Paulo.

PL nº 493/2025 — Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o “Programa Municipal dos Direitos da Trabalhadora Terceirizada”, e dá outras providências.

PL nº 548/2020 — Estabelece medidas de proteção à maternidade para trabalhadoras de empresas terceirizadas que mantêm contratos de prestação de serviços com a Prefeitura de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 1º de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13425/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 01/09/2026 e juntado ao PL 676/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760427.